

**PARECER CONJUNTO Nº 41/2023**

**PROJETO DE LEI Nº 18/2023**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO E DE  
FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS E  
FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA**

**RELATOR VEREADOR GILMAR VENDEDOR**

### **RELATÓRIO**

De autoria do Prefeito Municipal, o projeto de lei em epígrafe  
*“concede a revisão geral anual dos vencimentos dos servidores públicos do Poder  
Executivo Municipal – Administração Direta e Indireta, e dá outras providências.”*

Versa a matéria sobre o reajuste, em 5,93% (cinco vírgula noventa e três por cento), dos vencimentos dos servidores públicos do Poder Executivo Municipal – Administração Direta e Indireta, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Em relação ao vencimento dos profissionais do magistério, o reajuste é de 18,93% (dezoito vírgula noventa e três por cento).

Recebida e publicada no quadro de avisos da Câmara Municipal no dia 17/04/2023, a proposição foi distribuída às Comissões de Legislação, Justiça e Redação e de Finanças, Tributação Orçamento e Tomada de Contas e Fiscalização Financeira, para exame conjunto, uma vez que foi determinada a sua tramitação em regime de urgência, nos termos do art. 187 do Regimento Interno.

Em síntese, o relatório.

## FUNDAMENTAÇÃO

No plano da competência legislativa, a proposição não contém vício, pois trata de assunto de interesse do Município, em conformidade com a autonomia que a forma federativa lhe garante, nos termos do inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

Ademais, não vislumbramos óbice quanto à iniciativa, porquanto o impulso de matérias de tal natureza é da competência exclusiva do Prefeito, consoante preconiza o art. 58, inciso I, da Lei Orgânica.

No plano jurídico-constitucional, cumpre ressaltar que o art. 37, inciso X, da Constituição da República, assegura aos servidores públicos o direito à revisão remuneratória, que somente poderá ser feita por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Ressalta o Professor José dos Santos Carvalho Filho<sup>1</sup> que “*a revisão remuneratória constitui direito dos servidores e dever inarredável por parte dos governos de todas as entidades da federação*”.

Trata-se de medida necessária para repor o poder aquisitivo da remuneração dos agentes públicos em face da desvalorização da moeda ocasionada pela inflação, assegurando-se, assim, o princípio constitucional da irredutibilidade dos vencimentos.

No caso em exame, é feita a recomposição, em 5,93% (cinco vírgula noventa e três por cento), dos vencimentos dos servidores públicos do Poder

---

<sup>1</sup> CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2014.

Executivo Municipal – Administração Direta e Indireta, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

O referido índice de recomposição (5,93%) corresponde à variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, referente ao período de janeiro a dezembro de 2022.

A proposição legislativa em apreço prevê que os vencimentos dos profissionais do magistério público municipal da educação básica serão revisados em 18,93% (dezoito vírgula noventa e três por cento).

Da análise dos aspectos jurídico, constitucional, legal e regimental, verifica-se que o projeto de lei em exame está em conformidade com a ordem jurídica vigente.

Quanto aos aspectos orçamentário e financeiro do projeto de lei em exame, consta do Relatório de Impacto Orçamentário e Financeiro que a recomposição ora proposta acarretará um aumento de despesa com gasto de pessoal estimado nos seguintes valores:

- R\$ 3.186.126,14, no exercício de 2023;
- R\$ 3.289.675,24, no exercício de 2024;
- R\$ 3.388.365,50, no exercício de 2025.

Com esse aumento, a estimativa do total da despesa com gasto de pessoal é de:

- R\$ 36.407.105,24, no exercício de 2023;

- R\$ 37.390.097,08, no exercício de 2024;
- R\$ 38.399.629,70, no exercício de 2025.

De acordo com o referido relatório, o gasto total com pessoal do Poder Executivo, no corrente exercício, corresponderá a 50,12% da Receita Corrente Líquida do Município.

Além disso, o Relatório de Impacto Orçamentário e Financeiro prevê uma expectativa de aumento de arrecadação no presente exercício, por consequência, esse percentual cairá em relação à receita corrente líquida.

Portanto, verifica-se que as despesas geradas pelo projeto de lei em exame estão dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

### **Da Emenda de Relator**

No §2º do art. 1º do projeto de lei em apreço, observa-se que houve um equívoco na descrição por extenso do percentual de recomposição. Ademais, na sua parte final, a expressão “*os vencimentos dos profissionais do magistério público municipal da educação básica*” está desconexa com a parte anterior da redação do dispositivo.

Para fazer as adequações, propomos, ao final deste parecer, uma emenda modificativa.

## **CONCLUSÃO**

Diante do exposto, concluo pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 18/2023, e, no mérito, voto pela sua aprovação, com a Emenda Modificativa nº 1, abaixo redigida.

Sala das Comissões, 20 de abril de 2023.

**Vereador GILMAR VENDEDOR**

**Relator**

EMENDA MODIFICATIVA Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 18/2023

Dê-se ao §2º do art. 1º do Projeto de Lei nº 18, de 2023, a seguinte redação:

*“§ 2º Os vencimentos constantes dos Níveis II, III, IV, V e VII do Anexo III e o Anexo IV desta Lei serão revisados em 18,93% (dezoito vírgula noventa e três por cento) nos termos do art. 4º, da Lei Municipal nº 1.279, de 12 de abril de 2010, e da Lei Federal 11.738 de 16 de julho de 2008”.*

Sala das Comissões, 20 de abril de 2023.

**Vereador GILMAR VENDEDOR**

**Relator**